



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**A Pobreza e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS):
Formas de Superação e Trabalho Social**

Luiz Henrique Michelato ¹

Resumo. O presente texto busca analisar e compreender a pobreza e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio de pesquisa bibliográfica, documental e estado da arte, avaliando os aspectos que produzem a pobreza e a atuação do SUAS frente a essas expressões da questão social, considerando dados estatísticos, artigos, documentos, legislações e livros sobre essa temática que se configura como objeto de trabalho do SUAS. A presente pesquisa se desenvolve de forma qualitativa e baseada na concepção do materialismo histórico-dialético, buscando compreender as expressões da questão social por meio da exploração entre as classes, imposta pelo sistema capitalista.

Palavras-chave: Pobreza; SUAS; Formas de Superação; Trabalho Social; Desigualdade Social.

Abstract: This text seeks to analyze and understand poverty and the Unified Social Assistance System (SUAS) through bibliographical, documentary and state-of-the-art research, evaluating the aspects that produce poverty and the performance of SUAS in the face of these expressions of the social issue, considering statistical data, articles, documents, legislation and books on this topic, which is an object of SUAS work. This research is developed qualitatively and based on the conception of dialectical historical materialism, seeking to understand the expressions of the social issue through exploitation between classes, imposed by the capitalist system.

Keywords: Poverty; YOUR; Ways to Overcome; Social Work; Social Inequality.

1. INTRODUÇÃO

Indicadores de pesquisa tem apresentado antagonismos gritantes na sociedade brasileira, precarizando e dificultando o acesso a serviços sociais básicos à população, relativos à saúde de qualidade, integração ao mercado de trabalho, educação, violência, criminalidade, entre outros fatores nefastos impostos pela ordem burguesa de produção, considerando uma intensa e injusta desigualdade social que compreende todo o processo de escravidão da história do Brasil, havendo a necessidade de estudos aprofundados sobre

¹ Assistente Social da Prefeitura de Jandaia do Sul\PR (CRAS). Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário UniFatecie. Email: luizhenriquemichelato@gmail.com.



esta temática multidimensional, visando potencializar a luta anticapitalista na atualidade, ressaltando o trabalho do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, que atende a população mais empobrecida e explorada pelo modo de produção capitalista, avaliando os impactos das expressões da questão social nesse ínterim, bem como possíveis formas de superação dessa condição na qual vivem milhões de brasileiros espalhados pelo país.

Diante dessa temática apresentada no presente trabalho, deve-se analisar como a discussão sobre a questão da pobreza é incorporada e operacionalizada no âmbito do SUAS. A problemática que a priori emerge e que busca-se responder refere-se a: Quais os condicionantes da pobreza no Brasil? Qual a importância do SUAS com relação ao enfrentamento da pobreza no Brasil? Quais elementos são considerados fundamentais na realização do Trabalho Social do SUAS? Qual a importância da participação popular no processo de construção de um novo projeto de sociedade? As considerações que se apresentam, se convertem nas expressões da questão social em relação a classe trabalhadora, pobres, excluídos e marginalizados no Brasil, é decisiva para a existência da pobreza e do SUAS, contribui para isso a ligação inicial da pobreza relacionada ao cristianismo, posições conservadoras, da luta de classes, da desigualdade e exclusão social, e do preconceito, entre outras expressões da questão social.

Neste sentido, torna-se essencial compreender os rebatimentos do sistema capitalista aos trabalhadores, compreendendo uma relação de poder, injusta e desigual, relativas a exploração do homem pelo homem, onde se procura realizar a presente fundamentação teórica, indicando a História da pobreza no Brasil e da importância do Trabalho Social do SUAS neste processo, realizado por variados autores que se dedicam a estudar tal temática, são apresentados também como se constituem as políticas públicas em torno do SUAS.

Contudo, o presente trabalho tem como objeto a pobreza e o SUAS, avaliando possíveis formas de superação e da importância do trabalho social realizado nesse ínterim. Sendo finalizado com uma breve reflexão sobre a pobreza e sua relação com o SUAS a partir da constituição da classe trabalhadora no país.

A presente pesquisa ocorrerá de forma qualitativa, bibliográfica e documental, a partir da realização do estado da arte, permitindo a compreensão mais aprofundada sobre a concepção entre as relações sociais de produção da pobreza e de intervenção do SUAS, presentes no processo formativo em questão. Todavia, o presente trabalho se realizará através de artigos, livros, indicadores e legislações que datam de 1847 até o presente momento, pela base de dados Scielo.

Para obter maior contato com os aspectos da pobreza e do SUAS, o presente trabalho utilizará a pesquisa bibliográfica e documental, considerando responder ao objetivo proposto acerca da problemática conceitual que abrange a multidimensionalidade em torno da



pobreza, das possíveis formas de superá-la, bem como do trabalho social realizado pelo SUAS. Nesse sentido, segundo Minayo (1994, p.70), trata-se de um “conceito que abrange elementos ou aspectos que se relacionam entre si”. Contudo, considera-se estudar Leis, revistas e jornais, complementando a pesquisa bibliográfica e documental, analítica e de caráter quali-quantitativo.

A análise se realizará por meio das pesquisas definidas e elencadas na presente pesquisa, avaliando os rebatimentos do sistema capitalista ao produzir e reproduzir pobreza, considerando a importância do trabalho social do SUAS frente a essas demandas advindas das expressões da questão social.

O SUAS atende as famílias e indivíduos pertencentes as classes subalternas no âmbito da sociedade capitalista, portanto, excluídos da riqueza socialmente produzida, sendo necessário uma educação permanente dos trabalhadores do SUAS para atender de forma coerente e racional esses usuários, marginalizados e “massacrados” pelo sistema capitalista neoliberal, avaliando possíveis formas de superação da pobreza no Brasil, por meio do processo de distribuição de renda e, fundamentalmente no que concerne a construção coletiva de um novo projeto de sociedade, pressuposto pela abolição do capital, realizando o processo de transformação social estrutural em prol do socialismo científico.

2. A POBREZA E O SUAS: FORMAS DE SUPERAÇÃO E TRABALHO SOCIAL

O modo de produção capitalista aprofunda as expressões da questão social, através do processo de industrialização e urbanização, permitindo um determinado modo de organização da sociedade ao exigir a implantação de políticas públicas que permitam atender de forma satisfatória a sociedade, sobretudo as camadas mais pobres, através do SUAS e de um amplo processo de distribuição de renda.

Segundo Almeida, a pobreza urbana pode ser considerada como um dilema no Brasil, abrangendo sobretudo a questão da miséria urbana e de situações de iniquidade social, observado como um processo cumulativo e sem aparente possibilidade de solução, ou seja, a lógica do sistema capitalista desenvolvimentista, opera pela concentração de renda, sendo um dos principais responsáveis por essa condição na sociedade.

A pobreza urbana encontra-se imbricada a lógica capitalista, de acordo com Almeida, os dados apresentados pelo Banco Mundial, em 1975, indicam que 770 milhões de pessoas no mundo vivem em condições de pobreza urbana, portanto 37% da população do Terceiro Mundo, com renda per capita inferior a 50 dólares por ano.

O Brasil vem apresentando nas últimas décadas, uma intensa desigualdade em sua distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, segundo Barros (2000), se configurando como um país desigual, com uma histórica injustiça social que exclui e marginaliza uma



considerável parcela de sua população em relação ao acesso a condições mínimas de sobrevivência, relativas a cidadania e a dignidade.

Assim sendo, pobreza e desigualdade social caminham de ‘mãos dadas’, apresentando suas inter-relações causais e múltiplas dimensões, considerando que o Brasil não é um país pobre, e sim um país com muitos pobres, portanto, parte do pressuposto de algo estrutural, presente na desigualdade brasileira, ou seja, representada numa perversa desigualdade com relação a distribuição de renda e de oportunidades de inclusão econômica e social.

Segundo Yazbek (2012), a pobreza brasileira abrange uma determinada forma histórica, devendo ser enfrentada pela sociedade através de políticas públicas e sociais, sendo definida como um fenômeno complexo e multidimensional, expressando-se mediante relações vigentes em sociedade.

O sistema de produção capitalista, estruturado mediante a expropriação e exploração da mais-valia, bem como a desigual e injusta distribuição da riqueza socialmente produzida entre as classes sociais, constituem um processo excludente, de acordo com Yazbek (2012), que gera e reproduz pobreza, compreendida como um fenômeno estrutural, complexo e multidimensional, não estando somente relacionado a insuficiência de renda, abarcando o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e, sobretudo, a uma renda digna e a não participação social e política no âmbito da sociedade de classes.

A pobreza pode ser entendida como manifestação da questão social, relativa as relações vigentes na sociedade burguesa, compreendida dentro do desenvolvimento do capitalismo, profundamente desigual, convivendo com a acumulação e miséria. Portanto, os pobres são produtos dessas relações, onde há produção e reprodução da desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, expressando um determinado lugar na sociedade.

Havendo a desqualificação dos pobres, relacionado às suas crenças, seu modo de se expressar, bem como seu comportamento, sendo visto como qualidades negativas e algo indesejável, devido a sua condição de pobreza e marginalização, conforme indica Yazbek (2012), envolvidos com a questão da desigualdade social, não somente no sentido dos valores econômicos, sociais e políticos, como também aos valores culturais das classes subalternas em sua trama da vida social.

Compreende-se a pobreza enquanto expressão das relações sociais, não somente vinculadas as privações materiais, ou seja, sendo tratada como fator multidimensional, não somente pela questão do acesso a bens, mas também pela redução de direitos, oportunidades, informações, esperanças e possibilidades.

Havendo a necessidade de inserção na vida social, no sentido de uma determinada condição de classe, considerando a pobreza como algo histórico e socialmente construído,



abortando sua condição enquanto algo natural, conforme aponta Yazbek (2012), ou seja, pobreza e desigualdade social estão intimamente vinculadas, abrangendo a questão de gênero, etnia, entre outros fatores relevantes.

Neste sentido, a pobreza acontece devido a uma extrema situação de desigualdade, relativa a uma intensa concentração de renda em âmbito global. De acordo com Yazbek (2012), a pobreza está presente em nossa vida diária, onde o sistema capitalista impõem suas formas destrutivas de relações sociais, “massacrando” os pobres cotidianamente, precarizando o trabalho, intensificando o desemprego, gerando trabalho intermitente e trabalhadores supérfluos, com problemas de saúde, condições precárias e insalubres de moradia, insegurança alimentar, fome, fadiga, ignorância, resignação, revolta e o medo que se relaciona as condições de vida dos pobres e marginalizados no âmbito da sociedade burguesa.

Abrange a questão do sucateamento da política de assistência social, e das demais políticas sociais, de acordo com Sposati (2021), considerando o esfacelamento do SUAS no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), prejudicando demasiadamente o devido funcionamento do SUAS frente ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Considera-se o SUAS um sistema público, respondendo as necessidades e direitos socioassistenciais de cidadania, atuando frente a proteção social e a democracia, abarcando sua necessária sustentabilidade, gestão e recursos humanos. A política pública de assistência social atua no sentido de concretizar o SUAS, avaliando suas eventuais limitações, insuficiências e precarizações.

Desta maneira, a política pública de assistência social e o SUAS, convivem através de uma relação de referência, de acordo com Sposati (2021), no sentido da execução da proteção social distributiva. Outra problemática, se relaciona a questão da responsabilidade social relativa a política de assistência social, vista como responsabilidade da sociedade civil, e não do Estado, atuando como forma de subvenção social, lembrando o Programa Comunidade Solidária, proposto através de ações voluntárias ao minimizar a atuação do Estado frente a questão social, atuando apenas no fomento e distante do processo de execução de responsabilidades.

Todavia, considera-se o ideário neoliberal e a capacidade de consumo dos indivíduos e famílias, avaliando o cálculo de valor per capita, significando no caráter cristão de caridade em relação aos pobres e miseráveis, atuando frente a possível sobrevivência dessas camadas da sociedade capitalista, liberando cestas básicas e auxílios financeiros, nos termos de Sposati (2021), compreendendo o Programa Bolsa Família que concede renda as famílias miseráveis, potencializando a política neoliberal expressa no Estado burguês.



Ou seja, tais apontamentos não compreendem a assistência social enquanto política de proteção social, comparada a política de saúde, avaliando-se com caráter de política focalizada neoliberal, distanciando-se do que trata a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, relativas ao processo de acolhida, convívio, autonomia, renda e sobrevivência.

De acordo com Sposati (2021), a política de assistência social continua heterogênea e fragmentada no âmbito da sociedade de classes, reforçada por uma denominação ideológico-política e com suas fragilidades em seu campo teórico-científico e político-filosófico. Busca-se a organização de um serviço e de uma política de assistência social que promova consistência, abrangência e sua devida proteção social em busca da construção de uma sociedade democrática.

Contudo, a política de assistência social abrange uma construção social ética e histórica através de lutas sociais em busca da dignidade humana, contrastando com o processo de acumulação de renda e riquezas a nível nacional, permitindo a pobreza e a desigualdade na sociedade brasileira. Considerando uma necessária coerência em seus critérios de atuação, o que deve prevalecer na política de assistência social, se relaciona a questão da dependência, portanto, a relação entre dependentes por provedor, algo utilizado pelo Estado burguês em sua exigência para declaração de imposto de renda.

Deflagra-se a moral neoliberal no tocante a política de assistência social, individualizando e culpabilizando os sujeitos e, sobretudo, reduzindo o papel de proteção social. Tais questões prejudicam o sentido de direção social da política do SUAS, bem como em responder ao caráter coletivo, essencial ao trabalho social da política de assistência social, em atender a uma determina classe social, inviabilizando a dinâmica do SUAS, em distanciar-se da concepção do presente para o futuro, atuando somente em casos de urgências, emergências e agravamentos.

A Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social brasileira, definida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), vista como direito do cidadão e dever do Estado e como política de Seguridade Social não contributiva, provendo os mínimos sociais, trabalhando através de iniciativas do setor público e da sociedade, garantindo atendimento as necessidades básicas. (LOAS, 1993).

Os objetivos da Assistência Social são definidos pela proteção social que compreende a garantia a vida, redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, agindo em proteção à família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, amparando as crianças e adolescentes carentes, promovendo a integração ao mercado de trabalho, realizando o processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a devida promoção a vida comunitária.



Questões que devem ser indagadas acerca das possíveis formas de superação elencadas no presente texto são: É possível reduzir carga horária de trabalho e promover qualidade de vida para a classe trabalhadora? Até que ponto a transferência de renda é viável para os pobres? Isso pode ser considerado como mitigação e ‘migalhas’ do Estado burguês neoliberal? Qual seria a melhor forma de distribuir riqueza? Através do trabalho digno com carga horária reduzida e de acordo com as potencialidades dos sujeitos? Precisamos pensar essas questões em caráter de urgência.

Atualmente existe a concepção sobre os novos proletários do mundo, segundo Antunes (2014), sendo levantadas várias questões sobre esse tema, sabendo que a classe trabalhadora não desapareceu dentro de sua dimensão global, pois, ainda existe uma camada colossal de seres humanos que sobrevivem através da venda de sua força de trabalho, portanto, é equivocado dizer adeus ao proletariado, ou seja, ainda vigora a categoria trabalho, e o necessário processo de emancipação humana decorre desse movimento, intrínseco ao trabalho.

É claro que os trabalhadores de hoje não são idênticos aos trabalhadores do século passado, e portanto, não estão em vias de desaparecimento. Deve-se compreender como são os proletários de hoje, destacando que a emancipação do proletariado é obra dele mesmo, compreendendo a totalidade dos assalariados, portanto, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são desprovidos dos meios de produção.

Os trabalhadores de hoje podem ser definidos enquanto trabalhadores produtivos, não se restringindo somente aos trabalhadores manuais, mas incorporada a totalidade do trabalho social, ao trabalho coletivo que vende sua força de trabalho em troca de salário, conforme indica Antunes (2009). Trata-se, portanto, da produção de mais-valia e que atuam no processo de valorização do capital, atuando também no processo de produção de mercadorias, sobretudo nas fábricas mais evoluídas, onde se distingue de forma mais preponderante a interação entre trabalho vivo e trabalho morto, e entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico.

Uma experiência interessante de integração ao mercado de trabalho, ocorre no município de Jandaia do Sul/PR, localizado na região do Norte Central do Paraná, município de aproximadamente 21 mil habitantes e que implementou o Programa Frente de Trabalho e Proteção Social, que visa oportunizar vagas de trabalho junto a prefeitura municipal aos usuários da política pública de assistência social.

O mais recente edital foi publicado em 18 de janeiro de 2024, através do diário oficial, tendo como objeto a geração de emprego e renda, capacitando os usuários do SUAS que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, visando reduzir o desemprego, gerando renda, proporcionando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, bem como fortalecendo a economia local.



Os beneficiários do programa serão atendidos pelo prazo de um ano, podendo esse período ser prorrogável por igual período. O trabalho a ser realizado se converte em ações de limpeza, capina, bueiros e consertos diversos em praças e canteiros públicos, varrição e conservação de logradouros pavimentados, remoção de entulhos, capinas e roçadas em terrenos baldios, consertos de passeios públicos e outros serviços e obras compatíveis.

As inscrições são realizadas pelo Departamento de Assistência Social por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com supervisão da Equipe Técnica do CRAS. Todavia, o trabalhador deve residir no município, estar a mais tempo em situação de desemprego, avaliando sua condição socioeconômica familiar e ter mais de 18 anos.

Algumas exigências do programa são, estar a mais tempo desempregado, família com menor renda per capita, provedor de família monoparental, não ter outra pessoa da família trabalhando na Frente de Trabalho, morar em residência alugada, maior número de pessoas desempregadas na família, famílias com mais integrantes com idade inferior a 16 anos e superior a 60 anos, famílias com integrantes com deficiência ou doença crônica e com maior tempo residindo no município.

Os beneficiários do programa devem estar em boas condições físicas e mentais para o desempenho das funções, o trabalho é temporário e sem vínculo empregatício, desconto ou contribuição previdenciária, destinado a pessoas desempregadas e sem meios de subsistência. O salário é de R\$ 65,00 por dia de trabalho.

O documento Orientações Técnicas sobre o PAIF, publicado em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresenta normativas acerca do Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este documento traz elementos importantes acerca do Trabalho Social a ser desenvolvido pelas Equipes Técnicas no âmbito do PAIF.

O Trabalho Social a ser desenvolvido pelos técnicos do PAIF, deve compreender ações pautadas em diretrizes e objetivos fundados pela Constituição Federal de 1988 e, sobretudo pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Este trabalho se configura como uma das principais ferramentas de intervenção dentro dos mais de cinco mil CRAS espalhados pelo Brasil.

A concepção de trabalho se relaciona a um determinado procedimento, material ou intelectual, cujos seres humanos atuam baseado em normas sociais, visando atingir algum objetivo, enquanto condição básica para a existência humana, MDS (2012). Neste sentido, o real objetivo do trabalho deve ser o de contribuir para algo.

O conceito sobre social vincula-se às manifestações relativas entre os seres humanos, imbricado a vida em sociedade, variando de acordo com o lugar que cada um ocupa e se dispõe a sobreviver, abrangendo direitos e possibilidades de intervenção numa determinada



realidade. Trata-se da convivência coletiva, direitos e deveres sociais e possibilidades de intervenção.

Sobre família, pode ser definido enquanto um conjunto de pessoas unidas por seus traços de ascendência, descendência, afinidade e solidariedade, segundo o MDS (2012). Identificado enquanto grupo social unido por vínculos de consanguinidade, afinidade e solidariedade. Partindo dessas premissas, pode-se dizer que o termo Trabalho Social com Famílias, trata-se de um conjunto de procedimentos que buscam contribuir fortalecendo a convivência, reconhecimento de direitos e intervenção na vida social de um determinado grupo social.

O Trabalho Social com Famílias deve ser pautado pelas determinações presentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004, acerca do conceito de família, relacionando a diretriz sobre matricialidade sociofamiliar, enquanto centralidade na família, partindo da concepção sobre a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos ao favorecer a atuação junto as famílias enquanto sujeitos de direitos.

O Trabalho Social com Famílias deve ser desenvolvido em busca da necessária proteção à família, proteção aos seus direitos e a promoção do fortalecimento da convivência familiar e comunitária, segundo o MDS (2012). Este relevante trabalho abrange saberes técnicos especializados em relação a operacionalização do Trabalho Social com Famílias, procurando inexoravelmente abster-se de práticas clientelistas, assistencialistas, caritativas, filantrópicas, de ajuda e que destoam totalmente do caráter emancipatório presente nas normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O trabalho deve ser implantado enquanto política pública e dever do Estado, visto como trabalho especializado e realizado por técnicos de nível superior, por profissionais competentes e comprometidos com a imprescindível ética profissional, embasado por conhecimentos teóricos-metodológicos, técnico-operativos, ético-políticos, e por profissionais que devem manter-se em constante aprimoramento intelectual, em vista da necessária qualidade dos serviços a serem prestados.

Contudo, é preciso que o trabalho seja delimitado no âmbito do PAIF, operacionalizando o trabalho social com famílias, permeado pela Proteção Social Básica do SUAS e fundamentado pela PNAS (2004), enaltecendo a proteção às famílias enquanto responsabilidade estatal, propondo seu caráter preventivo, protetivo e proativo junto ao território de abrangência do PAIF.

Diante da temática proposta, quais questões devem ser levantadas acerca do Trabalho Social com Famílias, portanto: Qual seria a importância desse serviço no território? Os profissionais estão devidamente comprometidos com os serviços? Os objetivos propostos estão sendo alcançados? Está havendo a proposta de autonomia e emancipação para as famílias atendidas pelo PAIF? Como tem funcionado a integração ao mercado de



trabalho dos usuários? Enfim, essas e outras questões, são problematizações que devem ser feitas para que o serviço seja prestado de forma democrática e justa socialmente, buscando sempre fazer a diferença enquanto profissional na vida dos usuários atendidos pelo SUAS.

O trabalho deve ser embasado cientificamente, com senso crítico apurado e com aprofundamento teórico determinado por pesquisas por parte dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o MDS (2012). É necessário que haja o devido conhecimento do território, reconhecendo suas potencialidades, recursos, vulnerabilidades e relações que se estabelecem, propondo ações preventivas e proativas.

Neste sentido, todo profissional deve estudar e analisar os conceitos que embasam o Trabalho Social com Famílias, considerando a família e o território onde convivem, a abordagem sociológica, antropológica, econômica, psicológica, entre outras, buscando compreender toda a essencialidade do processo que envolve uma gama de conhecimentos fundantes para a implementação do PAIF.

O trabalho deve ser realizado de forma interdisciplinar pelos profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS, entre assistentes sociais e psicólogos, buscando conhecer os ciclos de vida, questões étnicas, raciais e de orientação sexual, sobretudo em relação a luta de classes que predomina há séculos, determinando a exploração do homem pelo homem, imposta pelo sistema capitalista de produção e sociabilidade burguesa.

Assim, o fazer cotidiano da equipe de referência do CRAS, ao operacionalizar o PAIF, deve fugir das práticas do senso comum, que sem nenhum tipo de contestação ou indagação, tornam-se crenças imutáveis, que reproduzem ideias carregadas de preconceitos, culpabilizam as famílias por sua situação social e mantêm o status quo, impossibilitando movimentos de transformação da realidade. Neste sentido, o trabalho social com famílias deve ter por pressuposto basilar a responsabilidade estatal na proteção às famílias e assumir como embasamento de sua prática o conhecimento científico, que requer profissionais qualificados, aptos a compreender a realidade dada e construir conhecimento, com os quais questionam as estruturas sociais injustas, elaborando estratégias para modificá-las. (MDS, p. 13, 2012).

Neste trabalho, os objetivos devem ser delimitados de forma planejada e avaliada com a participação das famílias e usuários, por meio de organizações e movimentos populares no território, buscando aperfeiçoar o serviço, sempre em vista da proposta de protagonismo das famílias, potencializando os espaços de participação democrática e de controle social dos sujeitos reconhecedores de seus direitos e deveres na sociedade de classes.

As ações do PAIF abrangem a crucial Acolhida, Oficinas com Famílias, Ações Comunitárias, Ações Particularizadas e os devidos Encaminhamentos, organizadas em



ações de caráter individual ou coletivo, abarcando o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações no território onde se encontram as famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme determina o MDS (2012).

A seguir, uma imagem que destaca o funcionamento do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF:



Fonte: MDS (2012).

É de competência das equipes técnicas do CRAS, a implementação do trabalho social com famílias, realizado de acordo com diretrizes éticas, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, uma vez que o serviço deve ser primordialmente qualificado para que consiga alcançar seus objetivos fundantes em torno dos direitos sociais dos usuários e da construção do Estado Democrático de Direito, com base na Constituição Federal de 1988. É importante ressaltar a supervisão do coordenador do CRAS neste processo, sendo responsável pelas ações de organização gerencial do trabalho social com famílias do PAIF, cujo trabalho se torna fundamental para a efetiva implantação do Serviço.

É fundamental que o trabalho seja realizado através de uma discussão metodológica, abrangendo um conjunto de fundamentos e pressupostos que embasam e articulam a ação profissional, sempre a luz do conhecimento científico, segundo o MDS (2012). Trata-se de um trabalho baseado em princípios, diretrizes e estratégias que direcionam a ação e os processos envolvidos. O trabalho social com famílias pode ser desenvolvido a partir do conceito de Pedagogia Problematizadora, pensado por Paulo Freire, considerando a necessidade da proposta por uma educação popular. Todavia, deve-se compreender os anseios e a leitura do mundo que os usuários já possuem, buscando construir alternativas para a realidade existencial dos sujeitos envolvidos.



Parte-se da premissa de que mudar é difícil, mas é possível, cuja ação político-pedagógica é implementada, visando propor a necessária autonomia para os indivíduos, conforme propõe o MDS (2012). Neste sentido, o ser humano é considerado um ser inacabado, ou seja, encontra-se em constante processo de criação e recriação, havendo um caminho aberto a possibilidades.

Assim sendo, o diálogo torna-se algo crucial nessa abordagem, que busca desvelar a realidade existente, reconhecendo os indivíduos enquanto seres históricos, dotados de características e individualidades, capazes de lutar contra o comodismo e a opressão predominante. “É por meio desse entendimento que Paulo Freire questiona e problematiza a percepção fatalista de que “as coisas são assim mesmo”, “não há nada que se possa fazer” ou “o sistema é assim” – insumos para as práticas assistencialistas”. (MDS, p. 98, 2012).

É imprescindível problematizar as relações entre os homens e o mundo em que vivem, utilizando a pesquisa-problematização, buscando questionar as verdades já instauradas e acreditando na possibilidade que estabelece que homens e mulheres podem ser autores da transformação social.

No desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias do PAIF, o ser humano deve ser assumido como um caminho aberto de possibilidades, estimulando-os na visão do ser mais, estabelecendo uma relação horizontal\dialógica entre os profissionais e usuários do Serviço, fortalecendo o respeito, problematização e igualdade de saber entre profissionais e usuários do PAIF. Neste trabalho, é essencial fortalecer o diálogo através da fala e principalmente por meio da escuta, sempre aprendendo a escutar, considerando o caráter de ação-reflexão, investigando o universo temático das famílias usuárias do PAIF ao favorecer a construção de temas geradores a serem trabalhados com as famílias, conforme prevê o MDS (2012).

É importante compreender o movimento do próprio pensar das famílias, através da observação que capta o que não é dito, o simbolismo, envoltos às ações sociais. Deve-se estimular o poder de decisão das famílias, respeitando sempre a liberdade, uma vez que a autonomia se constitui através das mais variadas experiências, abrangendo inúmeras decisões que são tomadas ao longo da vida.

Estimular a compreensão das famílias sobre sua presença no mundo é algo fundamental na elaboração do trabalho social, procurando potencializá-las a problematizar sua própria realidade existencial no mundo, considerando que sua condição de pobreza não é algo natural ou proposto por Deus, ou algo que não pode ser alterado ou modificado, ou seja, compreende fatores estruturais e conjuntuais impostos pelo sistema capitalista de produção, visto como algo que está fora, mas também dentro dos indivíduos. “Nessa direção, é preciso auxiliar as famílias a problematizar as contradições presentes no território, reconhecer o dever estatal de assegurar direitos e incentivar sua inserção em canais de participação social”. (MDS, p. 100, 2012).



Dessa forma, todo ser humano possui sua caminhada histórica, enquanto sujeitos de historicidade, compondo uma história social mais ampla e significativa para cada um, avaliando suas diferentes formas de ver o mundo e de enfrentar o cotidiano, formados enquanto seres culturais e com significações no mundo, sobre eles mesmos e sobre os outros. Finalizando, é possível construirmos uma sociedade comunista, de acordo com Engels (1847), os princípios básicos do comunismo se convertem numa doutrina das condições de libertação do proletariado. Ademais, o proletariado é a classe que tira seu sustento da venda de sua força de trabalho e não do lucro do capital, é a classe que sobrevive a procura de trabalho para sobreviver.

A sociedade que deve ser construída em pleno século XXI, deve abolir a exploração entre os homens, fortalecendo a comunidade ao contar com a participação de todos os membros, extinguindo a concorrência ao estabelecer a associação, abolindo concomitantemente a propriedade privada, prevalecendo a utilização comum de todos os instrumentos de produção e a repartição de todos os produtos por meio de acordo comum, consequentemente potencializando a comunidade dos bens.

Deve-ser instaurar uma Constituição Democrática do Estado, nos termos de Engels (1847), com domínio político do proletariado. A democracia deve ser plena e liberta da propriedade privada, expropriando os latifundiários e com obrigação de trabalho para todos os membros da sociedade. Proporcionar educação de qualidade para todas as crianças, construindo habitações coletivas das comunidades, reformando ou abolindo todas as habitações e bairros insalubres e com péssimas condições materiais e organizando o sistema de transportes em benefício do povo.

Contudo, esse movimento deve ser almejado e construído em nível global, devido há globalização vigente no mundo, pois, há uma dependência entre os povos, conforme indica Engels (1847). Segundo o autor, a revolução comunista não deve ser somente nacional, devendo ocorrer em todo o mundo, sobretudo nos países mais desenvolvidos como Inglaterra, América, França e Alemanha. O autor destaca a importância das forças produtivas nesse processo, em seu nível de desenvolvimento, “Ela terá igualmente uma repercussão significativa nos restantes países do mundo, transformará totalmente e acelerará muito o seu actual modo de desenvolvimento. Ela é uma revolução universal e terá, portanto, também um âmbito universal”. (Engels, 1847).

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Conclui-se, com o presente trabalho, a importância em se compreender a existência da pobreza e do trabalho social realizado pelas equipes técnicas do SUAS, frente a possíveis formas de superação dessa condição degradante imposta pelo modo de produção



capitalista, considerando a política do SUAS enquanto instrumento de dominação da ordem burguesa.

Neste sentido, o presente trabalho procurou abordar a pobreza enquanto fator indelével da desigualdade social gritante no âmbito do sistema burguês de produção, avaliando os impactos nocivos impostos a toda sociedade, bem como as condições de miserabilidade e o acúmulo de riquezas e renda. Ressaltando a importância do processo de consciência de classe que pode permitir a construção de um novo projeto de sociedade, livre das amarras do capital, permeando o trabalho social do SUAS, bem como de movimentos sociais que atuam próximos as classes subalternas e marginalizadas pelo sistema capitalista neoliberal.

Considera-se relevante a constante capacitação dos profissionais envolvidos, considerando um amplo processo de educação permanente, e do papel fundamental dos intelectuais orgânicos, trabalhando próximos as classes mais desfavorecidas da sociedade burguesa, construindo um movimento de 'baixo para cima', onde a classe trabalhadora possa subverter o sistema de produção vigente. Trata-se, portanto, da construção de um novo projeto de sociedade, compreendendo a imprescindibilidade das políticas públicas e participação social neste processo, buscando construir o pensamento coletivo em prol do socialismo científico, onde reine a felicidade e a harmonia e união entre os povos de todos os 'cantos' do mundo.

Cabe a todos os trabalhadores do mundo, o despertar para a necessária e essencial consciência de classe, promovendo e construindo uma nova forma de sociedade, liberta da exploração do homem pelo homem, gerando trabalho digno, condições saudáveis de existência e fim das mais variadas formas de desigualdade, buscando desenvolver plenamente os indivíduos para conviver de forma harmônica em sociedade, permeada por uma educação de qualidade, momentos de lazer, trabalho de acordo com suas habilidades e, sobretudo, com qualidade de vida para todos os seres humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H, R de. **Pobreza Urbana**. S/D. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23713/21291/77142>. Acesso em 15 de abril de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2009.

BARROS, R, P de; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Dossiê desigualdade: RBCS, Vol. 15, nº 42, fevereiro/2000. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJvFkx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 de abril de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 22 de abril 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2021.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 24 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção de Atendimento Integral à Família – PAIF**. Volume 2, 1ª Edição, Brasília, 2012. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em 20 janeiro 2024.

BRASIL. Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul\PR. **Programa Frente de Trabalho e Proteção Social**. Disponível em:

<https://www.jandaiadosul.pr.gov.br/documentos/legislacao/6939.pdf>. Acesso em 20 janeiro de 2024.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, 2009. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em 27 de abril de 2023.

ENGELS, Friedrich. **Princípios Básicos do Comunismo**. Nobembro de 1847. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>. Acesso em 20 janeiro 2024.

MINAYO. M, C de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes, 1994.

SPOSATI, A. **Suas e trabalho profissional: frágeis gritos e muitos sussurros**. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2021.

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/39301>. Acesso em 26 de abril de 2023.

YAZBEK. M, C. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e Formas de seu Enfrentamento**.

São Paulo: Ser. Soc. N. 110, p. 288-322, abr.\ jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 23 abril 2023.